

POLÍTICAS PÚBLICAS E INCLUSÃO EDUCACIONAL PARA CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA: REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA

Daiana Oliveira de Mesquita Lima¹

<https://orcid.org/0009-0007-1829-9441>

RESUMO

Este artigo apresenta uma Revisão Sistemática de Literatura (RSL), fundamentada nos pressupostos do Materialismo Histórico-Dialético. O objetivo principal é mapear os fatores que influenciam as garantias dos direitos das crianças com deficiência e analisar as mudanças nas políticas educacionais inclusivas, além de compreender as narrativas histórico-sociais que envolvem esse público. Partimos do pressuposto de que a exclusão educacional das crianças com deficiência não pode ser dissociada da crise estrutural do capital, que produz e reproduz desigualdades sociais, econômicas e culturais. Nesse sentido, discute-se como a luta pela inclusão educacional pode ser compreendida como prática contra-hegemônica, na medida em que tensiona a lógica excludente do capital e reivindica a educação como direito universal. Além disso, a reflexão sobre a origem das políticas educacionais, que emergem de necessidades sociais e passam por debates antes de serem institucionalizadas, permite uma compreensão mais ampla dos interesses políticos e sociais que influenciam essas leis, ressaltando o papel das pedagogias críticas e inclusivas como possibilidades de resistência e transformação social.

Palavras-chave

Revisão Sistemática de Literatura; Política Pública; Educação Inclusiva.

PUBLIC POLICIES FOR EDUCATIONAL INCLUSION FOR CHILDREN WITH DISABILITIES: SYSTEMATIC LITERATURE REVIEW

ABSTRACT

This article presents a Systematic Literature Review (SLR), it is based on the assumptions of Historical-Dialectical Materialism. The main objective is to map the factors that influence the guarantees of the rights of children with disabilities and to analyze changes in inclusive educational policies, in addition to understanding the historical-social narratives surrounding this population. We begin from the assumption that the educational exclusion of children with disabilities cannot be dissociated from the structural crisis of capital, which produces and reproduces social, economic, and cultural inequalities. In this sense, we discuss how the struggle for educational inclusion can be understood as a counter-hegemonic practice, as it challenges the exclusionary logic of capital and claims education as a universal right. Furthermore, reflection on the origins of educational policies, which emerge from social needs and undergo debates before being institutionalized, allows for a broader understanding of the political and social interests that influence these laws, highlighting the role of critical and inclusive pedagogies as possibilities for resistance and social transformation.

Keywords

Systematic Literature Review; Public Policy; Inclusive Education.

Submetido em: 19/06/2026 – Aprovado em: 22/07/2026 – Publicado em: 27/07/2026

¹ Ocupação/formação, instituição a qual esteja ligado, Estado e endereço eletrônico.



1 INTRODUÇÃO

A trajetória da educação no Brasil mostra que, o sistema de ensino foi moldado pela ideia de avanço, algo que hoje entendemos ter sido bastante influenciado por conceitos capitalistas neoliberais, servindo, sobretudo, aos interesses de uma classe mais abastada. Essa classe dominante enxergava a educação como uma ferramenta para manter o controle e conquistar mais poder em diferentes áreas, enquanto o povo da classe explorada, "se educava no próprio processo de trabalho. Era o aprender fazendo. Aprendia lidando com a realidade, aprendia agindo sobre a matéria, transformando-a" (Saviani, 1994, p. 153).

Durante o século XX, a educação aprofundou a segregação daqueles que não se encaixavam no modelo capitalista vigente. Esse cenário começa a mudar nas décadas de 1980 e 1990, principalmente após a promulgação da Constituição de 1988, impulsionada pelas reivindicações por direitos na sociedade, assim a educação Especial no Brasil passou por significativos avanços nos âmbitos políticos, sociais e educacionais. (Hermida, 2020)

Esse período foi marcado por uma nova concepção mais abrangente sobre a educação, a qual acolhia a todos, como, por exemplo, as crianças com deficiência. Houve, então, aprimoramentos na estrutura das escolas, crescimento do número de instituições de ensino, mais oportunidades de acesso a todos os níveis da educação e recursos destinados à capacitação dos professores.

Diante desse panorama histórico e social, torna-se essencial investigar de forma sistemática como as políticas e práticas educacionais têm promovido a inclusão de crianças com deficiência. Nesse sentido, este artigo apresenta uma Revisão Sistemática de Literatura (RSL), com o objetivo de compreender os diferentes aspectos que influenciaram as garantias dos direitos, as mudanças nas políticas educacionais inclusivas e as narrativas histórico-sociais envolvendo as crianças com deficiência.

Busca-se, assim, contribuir para um entendimento mais aprofundado sobre os avanços na área da inclusão e sobre o desenvolvimento bibliográfico, identificando pontos passíveis de aprimoramento.

Consideramos a revisão sistemática de literatura uma ferramenta importante para o desenvolvimento de conhecimento acadêmico. Okoli (p.4, 2019) apresenta a revisão de literatura como um "método sistemático, explícito, (abrangente) e reproduzível, para identificar, avaliar e sistematizar o corpo existente de trabalhos completos e registrados, produzidos por pesquisadores, estudiosos e profissionais."

Assim, a RSL pode vir a contribuir para o avanço de programas e políticas inclusivas, expandir o debate sobre o tema e favorecer a ótica de que as crianças com deficiência tenham seus direitos garantidos e o acesso a uma educação de qualidade e igualdade de oportunidades. Dado que, as políticas não surgem de forma espontânea, mas se originam de uma necessidade prévia da aplicabilidade de uma regra dentro da sociedade. Hermida (2008), alerta que as leis educativas são formas jurídicas provindas de uma organização social específica que consagram os interesses políticos, sociais e econômicos das classes dominantes.

Essas normativas legais, inicialmente, passam por um processo de debate e análise até ser institucionalizada, sendo fundamental o debate sobre as políticas educacionais, buscando compreender os interesses implícitos da hegemonia, mediante o contexto histórico e o social do grupo ao qual elas se destinam.

De acordo com Lima e Hermida (2022), embora existam garantias legais para a inclusão educacional dos alunos com deficiência, a implementação dessa proposta tem enfrentado um processo de retrocesso. Isso se deve à política adotada pelo (des)governo do ex-presidente Bolsonaro, que, ao privilegiar o ensino em escolas e classes especializadas, acabou afastando esses alunos do modelo educacional inclusivo. Tais medidas refletem um retrocesso nas conquistas da educação inclusiva, o qual prejudica a efetivação de direitos conquistados ao longo dos anos.

Dessa forma, o levantamento bibliográfico com base nas políticas educacionais, torna-se fundamental para a análise de políticas públicas efetivas, de modo a estar alinhadas com os reais desafios enfrentados pela sociedade, sem desconsiderar os aspectos histórico-social.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa foi desenvolvida sob a perspectiva da abordagem qualitativa, uma vez que busca examinar os processos e os fenômenos relacionados ao tema central e seus respectivos significados (Minayo, 1994). Os dados foram reunidos através de uma revisão sistemática da literatura (RSL), cujo foco de pesquisa foram os arquivos digitais das universidades federais brasileiras. Nessas fontes, concentramos em explorar as histórias sociais e históricas que envolvem crianças com deficiência, bem como os múltiplos fatores que afetaram a garantia de seus direitos e as transformações nas políticas de educação inclusiva.

A Revisão Sistemática de Literatura (RSL), permite uma análise sistemática e crítica das evidências existentes, contribuindo para uma compreensão mais robusta e fundamentada do fenômeno investigado. Dessa forma, vem se apresentando como uma etapa fundamental para garantir a consistência e a profundidade dos resultados alcançados neste estudo. Além disso, Lakato e Marconi (2003, p. 225), reforçam que, “uma procura de tais fontes, documentais ou bibliográficas, toma-se imprescindível para a não duplicação de esforços, a não “descoberta” de idéias já expressas, a não-inclusão de “lugares-comuns” no trabalho.”

Em consonância com a metodologia definida, seguimos as etapas necessárias para garantir a qualidade e a integridade da análise, incluindo a definição dos critérios de inclusão e exclusão, a busca por fontes relevantes, a avaliação da qualidade dos estudos selecionados e a síntese dos achados de maneira clara e transparente. O processo escolhido, visa assegurar que a pesquisa se baseie em dados e evidências confiáveis, propiciando uma análise crítica e substanciada sobre as políticas educacionais em questão. Conforme as etapas a seguir:

Imagem 1: Etapas da Revisão de Literatura



Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Para o desenvolvimento deste capítulo, nos debruçamos em dissertações e teses, publicadas nos repositórios *online* das universidades públicas e privadas do Brasil e selecionadas pela Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). De acordo com o próprio site, o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) foi o responsável em desenvolver e coordenar a BDTD, que compoem os sistemas de informações dos trabalhos desenvolvidos e publicados nas instituições de ensino e pesquisa do Brasil, estimulando o registro e publicação eletrônico, em prol de uma maior visibilidade às produções científicas nacionais.

Para o mapeamento do material empírico, foram utilizadas as palavras-chave “criança com deficiência” e “políticas educacionais”, que serviram como descritores desta pesquisa. Esses descritores foram inseridos na barra de busca da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) como parte do processo de busca para a seleção dos textos analisados.

Nesta busca, foi utilizado o operador booleano "AND" para recuperar registros que continham ambos os termos. Esse operador, ao ser aplicado para combinar as palavras-chave, permitiu selecionarmos trabalhos em que todos os descritores estão presentes, tornando a busca mais focada, contribuindo para a entrega de resultados que atendessem aos critérios estabelecidos para a pesquisa.

Após a seleção dos textos, fizemos uma leitura preliminar e seleção dos textos que estavam mais compatíveis com o nosso objeto de estudo. Em seguida desenvolvemos uma tabela, conforme a imagem 2, contendo as informações mais pertinente, para avaliação; extraímos as informações adequadas para a nossa análise e sintetizamos para análises e discussões, com as seguintes informações:

Imagem 2: Dados dos textos selecionados

Nº	ANO	TIPO	REPOSITÓRIO	TÍTULO	AUTORES	QUESTÃO NORTEADORA	OBJETIVO	PALAVRAS-CHAVE	LINK
----	-----	------	-------------	--------	---------	--------------------	----------	----------------	------

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Embora não tenhamos previsto um período específico para a RSL, os registros eletrônicos de teses e dissertações sobre o tema abrangem os anos de 2009 a 2022, mediante a seleção dos trabalhos com publicação eletrônica, abordando os aspectos relacionados ao tema e organizada por datas descendentes.

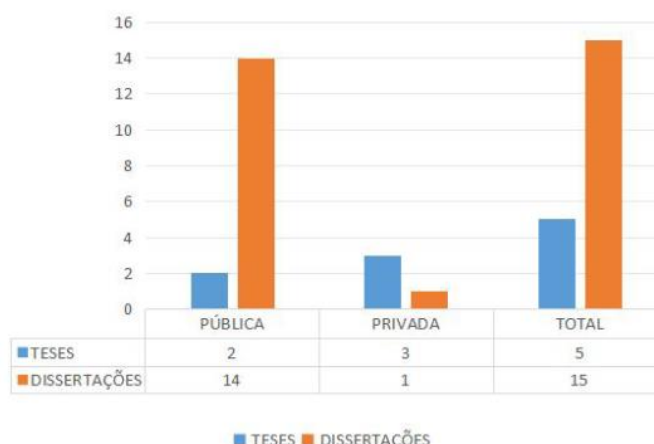
Por fim, observamos ainda, que o marco temporal apresentado pelo filtro da BDTD, ocorrem dois anos após a promulgação do Decreto Nº 6.094, dado que, o texto dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação do MEC. Ao destacar o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos com deficiência, o documento reforça a inclusão deles no sistema público de ensino.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta seção apresenta os resultados da RSL, realizada nos acervos digitais das universidades federais brasileiras. No decorrer da pesquisa, foram selecionados um total de 20 trabalhos acadêmicos, sendo 15 dissertações e 5 teses. A distribuição dos trabalhos entre instituições públicas e privadas revelou que, das 20 obras selecionadas, 15 foram desenvolvidas em instituições públicas, enquanto 5 tiveram origem em instituições privadas.

Especificamente, as instituições privadas foram representadas por três teses elaboradas na Pontifícia Universidade Católica (PUC) e por duas dissertações oriundas da Universidade Cruzeiro do Sul. Essa distribuição reflete as diferenças institucionais no campo acadêmico e oferece um contexto importante para a análise dos trabalhos selecionados.

Gráfico 1: Número de Estudos por Entidades



Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Além da análise das produções acadêmicas por tipo de instituição, realizamos também uma investigação sobre a distribuição geográfica das publicações relacionadas ao objeto de estudo delimitado. Os resultados indicam que a região Sudeste se destaca pela maior produtividade em relação à temática abordada, o que pode refletir fatores como a infraestrutura acadêmica e o financiamento, conforme detalhado na tabela a seguir:

Tabela 1: Quantidade de estudos por Universidades e Regiões

ESTUDOS POR REGIÕES		
REGIÃO	UNIVERSIDADE	QUANTIDADES
NORDESTE	Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	1
	Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ)	1
	Universidade Federal do Ceará (UFC)	1
NORTE	Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	1
SUL	Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)	1
	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	1
CENTRO-OESTE	Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)	1
	Universidade de Brasília (UnB)	1
SUDESTE	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)	7
	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)	2
	Universidade de São Paulo (UNICID)	2
	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	1

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Ao observar uma maior produtividade do Sudeste, torna-se importante refletir sobre as implicações dessa concentração e as possíveis desigualdades na distribuição da produção acadêmica em âmbito nacional. Esse panorama pode sugerir a necessidade de incentivar e apoiar a pesquisa em outras regiões, a fim de promover um cenário mais equilibrado e plural no campo acadêmico.

Após critério de análise dos trabalhos selecionados, identificamos aqueles com maior proximidade com o objeto de estudo definido para esta pesquisa. Dentre as publicações analisadas, foram escolhidos apenas três trabalhos, que continham os critérios de abordagem a qual nos interessava, visto que, os demais abordam temas centrados em aspectos que não se aproximam do nosso interesse de estudo no momento, como o processo de ensino e aprendizagem, o papel do professor e o currículo.

Esses temas, embora relevantes para a educação, não estavam diretamente alinhados ao foco específico desta pesquisa. Assim, a seleção das três produções acadêmicas, foi fundamentada na relevância direta dos temas abordados, com o intuito de aprofundar o entendimento sobre o fenômeno central do estudo, sem desviar para discussões que, embora importantes, não se relacionam diretamente com a questão principal.

Portanto, a delimitação da pesquisa e a seleção dos trabalhos serviram para garantir uma abordagem mais específica e aprofundada, permitindo que os resultados obtidos fossem mais consistentes e relevantes para o tema proposto. E a quantidade dos resultados demonstra que apesar de sua relevância política e acadêmica, ainda há uma defasagem de estudos que abordem de forma crítica e não apenas descritiva, sobre os direitos educacionais das crianças com deficiência.

Isso nos ajudou a refletir as problemáticas que dificultaram o protagonismo da criança com deficiência na vida social e escolar. Visto que, historicamente, essas crianças eram tidas como indivíduos inaptos para o trabalho e para a sociedade, postas como inaptas para atuar na sociedade, bem como constam nos textos de normativas da Previdência Social postos como “inválidos”, reforçando preconceitos e segregação.

O preconceito ao longo da história contribuiu para a exclusão social e pedagógico, impedindo-as de participar plenamente na sociedade e na escola, o qual vimos ser fomentado nos últimos anos, sendo reforçado com o sucateamento da educação em priori a inclusiva:

O posicionamento vergonhoso desses Ministros de Estado fortalece a pauta legislativa do (des)governo Jair Bolsonaro, claramente voltada para a educação elitista, e desfavorece a garantia do ensino escolar como um direito básico, histórico e assegurado constitucionalmente para todos os brasileiros, e que também deveria ser priorizado aos estudantes com deficiência no sistema regular inclusivo (Hermida e Lima, 2022).

Vale destacar que, a partir da década de 1990, o movimento pela inclusão tomou força, com a conferência mundial de educação para todos (ONU, 1990), com a declaração de Salamanca em 1994 e com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases em 1996, que se materializou em ações e políticas de combate à exclusão e segregação nas escolas, através de políticas educacionais mais democráticas e inclusivas. Saviani (2013; 2019) aponta que, nesse mesmo período ocorrem grandes mudanças no contexto político educacional, com iniciativas das reformas políticas dos governos neoliberais.

Tais mudanças atingiram seus níveis, obtendo orientação internacional com o FMI, Banco Mundial e UNESCO. No qual a partir dessas diretrizes foi elaborado um discurso reformista de ensino, tornando essas mudanças mais articuladas, como os parâmetros curriculares, a municipalização do ensino e a necessidade de os sistemas de ensino adequarem-se às novas políticas que favoreceram o processo de inclusão a acontecer, Miranda e Rocha (2009, p. 28) alertam:

Embora, a implementação dessa sociedade inclusiva esteja apenas começando, a consecução do processo de inclusão de todos os alunos na escola básica ou na universidade não se efetua apenas por decretos ou mesmo leis, pois requer uma mudança profunda na forma de encarar a questão e de propor intervenções e medidas práticas com a finalidade de transpor as barreiras que impedem ou restringem o acesso e permanência de pessoas com deficiência.

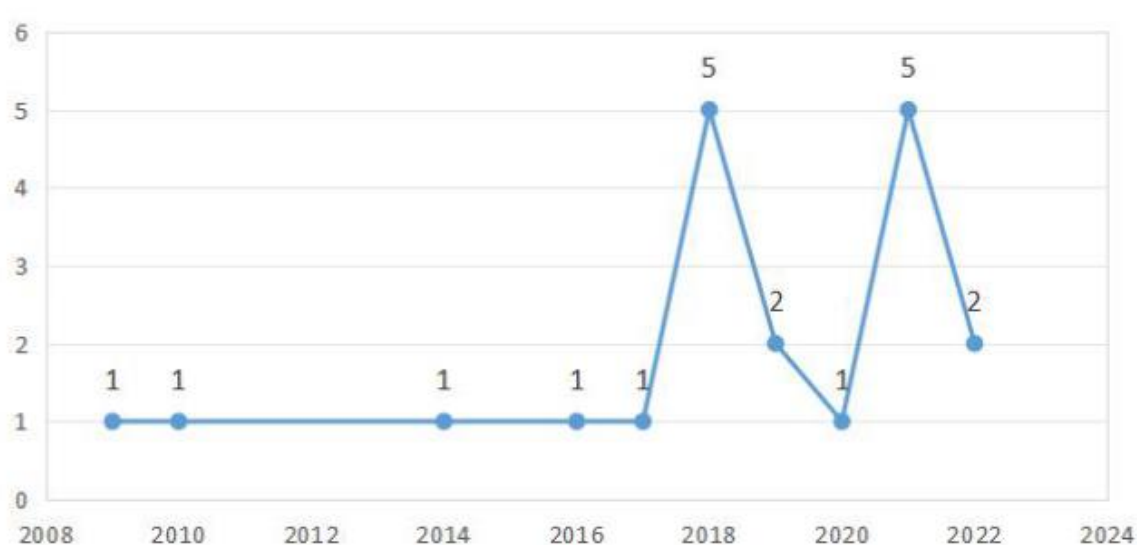
Com a implementação da Política Nacional de Educação Especial/ Perspectiva Inclusiva em 2008, houve um avanço em iniciativas e Programas voltados para a qualidade educacional desse grupo, tais como, o Programa de Educação Inclusiva, o atendimento educacional especializado - AEE nas salas de recursos multifuncionais.

Além disso, ocorreu um avanço significativo nas publicações de políticas educacionais voltadas para a promoção da inclusão e igualdade, especialmente com o aumento do número de leis, decretos e portarias nos últimos anos, é importante destacar que a promulgação da

Lei Brasileira de Inclusão (LBI), Nº 13.146/2015, representou um marco crucial nesse processo. A LBI não apenas consolidou direitos fundamentais para as pessoas com deficiência, mas também fortaleceu a discussão e o desenvolvimento de práticas educacionais inclusivas.

A partir dessa lei, observou-se um aumento considerável na produção de trabalhos acadêmicos e na implementação de políticas públicas voltadas para a inclusão, refletindo o compromisso do Estado com a acessibilidade e a igualdade de oportunidades no contexto educacional.

Gráfico 2: Quantidade de textos por ano



Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Ao observarmos os conteúdos dos textos selecionados, percebe-se que a discussão sobre a aplicabilidade das normativas relacionadas à inclusão tem recebido menos atenção do que as abordagens metodológicas e didáticas direcionadas aos estudantes com deficiência. Além disso, muitos dos textos exploram as trajetórias legais que fundamentaram esses avanços e raramente encontram-se registros sobre os movimentos sociais que desempenharam um papel crucial nesse processo.

Esse cenário revela uma lacuna importante na reflexão sobre a efetivação das conquistas, já que a história social dessas crianças, enquanto protagonistas de sua própria inclusão, é frequentemente negligenciada e enfraquece o reconhecimento da luta social que tornou possível tais avanços.

Para Manacorda (2010), não ocorre em um vácuo isolado, mas sim dentro de um cenário social mais amplo. Nesse contexto, os sujeitos da educação, que são os educandos, trazem consigo uma diversidade de origens, culturas e perspectivas e essa diversidade é um componente fundamental da dinâmica da implementação de políticas educacionais.

Dessa forma, conseguimos entender mais sobre os resultados da revisão de literatura. Pois, a compreensão da evolução dos objetivos da educação e da dinâmica da relação educativa ao longo das épocas, em resposta às demandas e contradições da sociedade, é fundamental para uma análise crítica da política da educação inclusiva, o que nos estimula a investigar como a opinião pública percebe o sistema regular de educação voltado para a criança com deficiência e refletida na importância dada a elas nas produções acadêmicas.

Na página a seguir, apresentamos os textos com maior proximidade com nosso objeto de estudo, sendo apenas três selecionados conforme exposto previamente, demonstrando a necessidade de uma atenção especial para essa problemática.

Quadro 3: Textos selecionados

Nº	ANO	TIPO	LOCAL	TÍTULO	AUTOR(A)	SEMELHANÇA	DIFERENÇA
1	2022	DISSERTAÇÃO	UEPG	AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS VOLTADAS À EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA, PR	FLÁVIA DE PAULA VIEIRA	A pesquisa parte da premissa de que os processos históricos e os diversos acontecimentos nos campos da economia, política e cultura de um país influenciam a realidade da escola por meio dos sujeitos envolvidos, do contexto local e das políticas públicas educacionais, as quais são impulsionadas pelas ações sociais.	Ao longo do texto, a autora negligencia parcialmente a abordagem dos aspectos que fomentam e definem as políticas educacionais.
2	2021	DISSERTAÇÃO	UFAM	CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA DE ZERO A TRÊS ANOS: DIMENSÕES LEGAIS, POLÍTICAS E TEÓRICAS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MANAUS	NATÁLIA DOS SANTOS CHAVES	Em seu texto, a autora destaca o protagonismo da criança com deficiência ao analisar o contexto legal, político e teórico do atendimento a crianças com deficiência na faixa etária de 0 a 3 anos, fundamentando-se na PHC	O foco da pesquisa está nas políticas educacionais do município de Manaus, e um dos procedimentos adotados para a coleta de dados é a pesquisa de campo.
3	2018	DISSERTAÇÃO	UNIPÊ	O Direito à educação de crianças com transtorno do espectro autista a qualificação do acompanhante especializado como fator necessário a inclusão	FLÁVIA GRAZIELLE REBOUÇAS TEIXEIRA DE CARVALHO	A pesquisa baseia-se no estudo da trajetória histórica das pessoas com deficiência, analisando, de forma paralela, os princípios legais que orientam essa trajetória.	A pesquisa dedica maior atenção às crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e ao papel do acompanhante especializado no processo de atendimento e suporte a essas crianças.

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

No que tange às limitações da pesquisa, consideramos os poucos estudos a respeito da luta pelas políticas educacionais voltada para as crianças com deficiência, pois se aborda em maioria a sua implementação. Mas a trajetória política social que antecede esse marco pouco é discutida, porém nos últimos anos fomentado mais a discussão sobre currículo, processo de ensino e aprendizagem ou em uma linguagem mais popular sobre tais políticas aplicadas no “chão da escola”.

Bueno (2011) salienta a escassez de pesquisas acadêmicas sobre o tema, e principalmente, sua natureza desprovida de contexto histórico. Segundo o autor,

Muito pouco tem sido escrito sobre a história da educação especial e o material bibliográfico disponível a apresentar como decorrência da evolução das civilizações, iniciando com a morte dos anormais na pré-história e culminando com o esforço para integração do excepcional na época contemporânea. (BUENO, 2011, p. 57)

Em linhas gerais, os estudos sobre a trajetória da Educação Especial focam-se, sobretudo, nos eventos ocorridos no mundo Ocidental. Embora o debate sobre as políticas educacionais voltadas para a criança com deficiência não seja recente e já persiste por várias décadas, é possível perceber que ainda existem divergências significativas em relação à adoção e efetivação dessas políticas, bem como à garantia dos direitos adquiridos. Lima e Hermida (2022), destacam que:

Diante dessas reflexões, podemos afirmar que as políticas educacionais realizadas no Brasil, pós-período constitucional de 1988, consolidadas por seu caráter democrático para a garantia dos direitos sociais, estiveram, historicamente, subjugadas ao viés conservador das reformas econômicas impostas pelo Estado neoliberal.

Através da análise, é evidente que esse cenário resulta de múltiplos fatores e dentre eles, destaca-se a necessidade de implementação eficaz de marcos legais que assegurem, por exemplo, a promoção de campanhas de conscientização e a defesa da educação inclusiva, além da efetivação sobre a obrigatoriedade de matrícula de alunos com deficiência nas instituições de ensino, que ainda enfrenta resistências e irregularidades em alguns contextos.

O trato com as questões, que vêm sendo progressivamente combatidas, aponta para a importância de se continuar a luta pela plena inclusão escolar. Com base nisso, nas etapas subsequentes da pesquisa, será realizado um estudo mais detalhado sobre esses desafios, visando identificar as principais dificuldades e as possíveis soluções para assegurar a plena implementação dos direitos educacionais das crianças com deficiência.

4 CONCLUSÃO

Procuramos, com essa pesquisa, mapear os avanços na área da educação inclusiva na perspectiva da Educação Especial e sobre o desenvolvimento bibliográfico, identificando pontos passíveis de aprimoramento. Os resultados encontrados nos permitem concluir que as pesquisas bibliográficas sobre os fatores que influenciam as garantias dos direitos educacionais das crianças com deficiência vêm sendo amplamente produzidas no campo educacional, em especial sobre currículo, processo de ensino e aprendizagem.

Porém a trajetória política-social que antecede os marcos legais é pouco explorada, consideramos ainda, uma tímida produção de estudos a respeito da luta pelas políticas educacionais voltada para as crianças com deficiência, o qual se aborda em maioria a sua implementação.

A evolução das políticas educacionais inclusivas pode ser dividida em duas etapas principais. A primeira diz respeito aos marcos internacionais, que estabeleceram diretrizes globais para garantir a inclusão das pessoas com deficiência, enquanto a segunda etapa refere-se aos marcos nacionais, que formalizaram o compromisso dos países com esses direitos.

Entretanto, ampliar o acesso à educação e assegurar o direito de crianças e jovens com deficiência ao aprendizado, deve superar costumes que, ao longo da história, atenderam a propósitos de:

[...] legitimação da escola regular no que tange à imputação do fracasso escolar às características pessoais da criança ou ao seu meio próximo, contribuindo para manutenção de política educacional que dificulta o acesso ao conhecimento pelos membros das classes subalternas; incorporação de concepções sobre conhecimento científico que se pretendem universais e transcendentais à própria constituição sócio-histórica e que trazem, no âmbito da educação especial, consequências nefastas, pois analisam as possibilidades dos deficientes ou excepcionais somente pela via de suas dificuldades específicas; por fim, a educação especial que nasce sob a bandeira da ampliação de oportunidades [...], na medida em que não desvela os determinantes socioeconômico-culturais que subjazem às dificuldades de integração do aluno diferente, na escola e na sociedade, serve de instrumento para a legitimação de sua segregação. (BUENO, 2011, p. 115, grifo do autor)

Nesse contexto, a Pedagogia Histórico-Crítica surge como uma abordagem progressista, visando resistir às políticas neoliberais que buscam manter um sistema educacional excludente. Para Saviani (2013), a PHC propõe uma educação crítica e transformadora, como forma de resistência, ao invés de uma simples adaptação às normas tradicionais.

Afinal, ao reconhecermos essas limitações nos estudos sobre a temática, é possível conduzir uma análise crítica que destaque as problemáticas e desafios enfrentados para a promulgação de políticas educacionais voltadas para as crianças com deficiência, que promova ações políticas que garantam seus direitos e uma educação verdadeiramente inclusiva.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007**. Esse texto, publicado no Diário Oficial da União em 25 de abril de 2007, dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação.

_____. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB 9394)**. Brasília, DF, Diário Oficial da União, nº 248 de 20/12/1996.

_____. Lei nº 13.146, de 6 de junho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Presidência da república. Secretária- geral. Subchefia para assuntos jurídicos. Brasília, 6 de julho de 2015.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

BUENO, J. G. S. **Educação especial brasileira : questões conceituais e de atualidade**. São Paulo: EDUC, 2011.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução Luciana de Oliveira da Rocha. - 2. ed. - Porto Alegre: Artmed, 2007.

DECLARAÇÃO MUNDIAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS. Conferência de Jomtien, Tailândia. UNICEF, 1990 GAMBOA, S. S.. **Epistemologia da Pesquisa em Educação**. Campinas: Praxis. 1998.

Gil, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

HERMIDA, Jorge Fernando. **A Educação na era FHC: fundamentos filosóficos e políticos**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008.

HERMIDA, Jorge Fernando. **História social da criança proletária: contribuições da obra de Friedrich Engels para a compreensão do tema**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, v. 20, p. 01–28, 2020.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. - São Paulo : Atlas 2003.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da Educação: da antiguidade aos nossos dias**. Tradução de Gaetano Lo Monaco; Revisão técnica da tradução Paolo Noselha. - 13. ed. São Paulo : Cortez, 2010.

MARX, K. Manuscritos Econômico-Filosóficos. In: FROMM, Erich. **Conceito**

Marxista do Homem. 8a edição, Rio de Janeiro, Zahar, 1983

MIRANDA, TG; ROCHA, TB. **A inclusão de alunos com deficiência no ensino superior: uma análise de seu acesso e permanência.** In: DÍAZ, F., et al., orgs. Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas [online]. Salvador: EDUFBA, 2009, pp. 27-37. ISBN: 978- 85- 232-0928-5. Available from SciELO Books .

OKOLI, Chitu. **Guia para realizar uma Revisão Sistemática de Literatura.** EaD em Foco, v. 9, n. 1, p. 1-40, 2019.

Plano Nacional de Educação (PNE). Lei Federal n.º 10.172, de 9/01/2001. Brasília: MEC, 2001c. BRASIL.

SAVIANI, D. **O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias.** In: FERRETTI, C. J. Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 1994.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações.** 8ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia.** 42. ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais : a pesquisa qualitativa em educação.** - São Paulo : Atlas, 1987.